NOTA PÚBLICA

PBH assedia e afasta servidores há mais de um ano sem ouvi-los

> *Engenheiros que não atuaram nos contratos de obras investigados sofreram buscas e apreensões, tiveram sua vida financeira examinada e permanecem afastados há mais de um ano,* ***sem serem ouvidos pela Prefeitura****.*

O **Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG)** manifesta indignação com o tratamento dado pela Prefeitura de Belo Horizonte aos engenheiros **Charle Ferreira de Almeida** e **Leandro Cupertino Correia**, servidores concursados da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), afastados desde **11 de novembro de 2025** no âmbito da Operação As Built.

A investigação nasceu de representação da própria Prefeitura sobre irregularidades em obras. Apesar de contar com a Controladoria-Geral do Município e o Departamento de Gestão de Compliance e Integridade de Empreendimentos da Sudecap, **a Prefeitura não os utilizou para ouvir os engenheiros e esclarecer suas responsabilidades**, preferindo encaminhar o caso diretamente para uma instância externa, no caso o Ministério Público Estadual, que instaurou Procedimento Investigatório Criminal, ao qual ambos respondem.

Os servidores sofreram buscas e apreensões em casa, tiveram equipamentos recolhidos e suas informações fiscais, financeiras e patrimoniais examinadas. Segundo a documentação apresentada ao Sindicato, **as análises não identificaram indícios de ilicitude**.

A suspeita de destruição de documentos baseia-se no **relato de uma única servidora**, que afirma tê-los visto picotando papéis, sem apontar quais documentos seriam nem sua relação com os contratos investigados. Mas **rasgar papéis não é destruir provas**: o Departamento de Projetos funcionava em escritório aberto e compartilhado, onde rascunhos, cópias e versões superadas eram descartados rotineiramente, antes e depois dos episódios relatados. Isso não se confunde com destruição irregular de documentos públicos.

Além disso, **Charle**, **Leandro** e Sônia Emerich de Oliveira, outra servidora afastada, atuavam no Departamento de Projetos de Infraestrutura, enquanto os contratos investigados estavam vinculados ao Departamento de Obras de Infraestrutura, com chefias, funções e responsabilidades distintas. **Nenhum dos três participou da execução, fiscalização, medição, pagamento ou de qualquer outra etapa desses contratos.**

Mesmo após os relatos inconsistentes, a Prefeitura **manteve os três trabalhando normalmente por mais de nove meses**, com os mesmos acessos e responsabilidades, sem informá-los ou ouvi-los. **Se havia risco de destruição de provas, por que permaneceram trabalhando? O que mudou para justificar um afastamento que já ultrapassa um ano?**

A direção da Sudecap parece não perceber o perigoso precedente que ajuda a criar: amanhã, o relato de um servidor sobre papéis rasgados poderá bastar para que qualquer dirigente enfrente buscas, apreensões e afastamentos prolongados.

O **Senge-MG** repudia veementemente essa e qualquer outra conduta que caracterize **assédio institucional ou represente uma forma de punição antecipada**, incompatível com o devido processo legal e com o respeito às garantias individuais. Os danos já são reais: perdas financeiras, sofrimento psicológico, impactos familiares e abalo da dignidade e da reputação profissional. **O Sindicato ouviu os engenheiros; a Prefeitura não.** E a direção da Sudecap continua defendendo o afastamento, em vez de buscar alternativas para que eles trabalhem em outros órgãos municipais, respeitadas as determinações judiciais.

O Senge-MG cobra explicações, a reavaliação do afastamento e uma solução que permita aos profissionais voltar a trabalhar.

Investigar é dever do Estado. Respeitar os trabalhadores também.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2026 **Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais - Senge-MG**